

SUMÁRIO

Apresentação	9
Capítulo I – Alterações do Contrato Administrativo: Releitura das Normas de Regência à Luz do Gerenciamento de Riscos, em Gestão Pública Comprometida com Resultados	21
1 – Introdução	21
2 – Gestão de Riscos no Serviço Público	24
3 – As Prerrogativas Contratuais da Administração Pública	31
4 – Alterações Unilaterais Expressas	34
5 – Alterações Passíveis de Introdução no Contrato Mediante Acordo	36
6 – Intangibilidade das Cláusulas Econômico-Financeiras	37
7 – Formalização das Alterações Contratuais	38
8 – Perfil Genérico das Alterações Contratuais	38
9 – Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato (Recomposição de Preços)	50
10 – Repactuação	66
11 – Prorrogações de Prazo	91
12 – Alterações e Prorrogações no Sistema de Registro de Preços (SRP)	127
13 – As Contratações Sob os Regimes Referidos no Art. 62, § 3º, da Lei nº 8.666/93	136
14 – Peroração	146
Capítulo II – Ilícitude de Condições Restritivas da Participação em Licitações, Impostas por Atos Convocatórios com Pretensão Apoio em Normas Regulamentares	149
1 – Introdução	149
2 – Micro e Pequenas Empresas Optantes pelo “Simples Nacional”	151
3 – Prévio Registro Cadastral em Sistema Informatizado ou Não	157
4 – Declaração de que a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte Cumpre os Requisitos Estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, Estando Apta a Usufruir do Tratamento Favorecido Estabelecido em Seus Artigos 42-49	169
5 – Não inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados – Cadín	173
6 – Declaração de que o Licitante Cumpre os Requisitos de Habilitação	175
7 – Outras Condições de Participação em Pregão na Forma Eletrônica	177

8 – Declaração de Elaboração Independente de Proposta	186
9 – Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (Cooperativas)	191
10 – Certificação de Qualidade nas Contratações de Bens e Serviços de Informática e Automação	191
11 – Conclusão	193

Capítulo III – Registro Cadastral e Eficiência na Atividade Contratual da Administração Pública	197
1 – Introdução	197
2 – A Obrigatoriedade do Registro Cadastral	199
3 – Natureza e Extensão do Registro no SICAF	201
4 – A Cláusula Necessária Prevista no Art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93	206
5 – Irregularidade no Registro Cadastral e Pagamento ao Contratado pela Execução do Objeto	212
6 – A Dispensa, Total ou Parcial, dos Documentos Elencados nos Artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93	215
7 – Comprovação da Regularidade com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a Fazenda Pública, nas Compras de Pronto Pagamento	218
8 – Irregularidades Identificadas pelos Registros Cadastrais e Seus Efeitos Sobre o Pagamento ao Contratado	220
9 – Solidariedade, Subsidiariedade e Direito à Retenção de Créditos	225
10 – Não Comprovação, pelo Contratado, da Quitação das Obrigações Trabalhistas Relativas aos Empregados que Desempenham Suas Atividades Junto à Administração	231
11 – Pagamento a Contratado Proibido de Contratar com o Poder Público	236
12 – Conclusão	240

Capítulo IV – Manutenção da Frota e Fornecimento de Combustíveis por Rede Credenciada, Gerida por Empresa Contratada: Prenúncio da “quarteirização” na Gestão Pública?	243
1 – Introdução	243
2 – Um Novo Modelo de Gestão	245

3 – Contratação de Empresa Especializada no Gerenciamento da Manutenção Preventiva e Corretiva de Veículos	246
4 – A Economicidade Trazida pelo Novo Modelo	248
5 – O Princípio da Economicidade no Julgamento das Propostas	251
6 – A Questão do Percentual de Desconto	252
7 – Ampla Pesquisa de Mercado	254
8 – A Competitividade do Certame.....	258
9 – O Entendimento do Tribunal de Contas da União e Formas de Credenciamento	259
10 – Fiscalização do Contrato	260
11 – Da Terceirização para a “Quarteirização”	262
12 – Objetivos da “quarteirização”	263
13 – A Relação Jurídica Entre a Administração e a Empresa Gerenciadora	264
14 – A Relação Jurídica Entre a Empresa Gerenciadora e os Executores dos Serviços (Rede Credenciada)	265
15 – Responsabilidade Subsidiária da Administração em Decorrência do Descumprimento de Obrigações Trabalhistas e Sociais pela Empresa Gerenciadora (Terceirizada) e pelo Contratado Executor dos Serviços (“Quarteirizados”).....	267
16 – Orientação do Supremo Tribunal Federal	271
17 – O Gerenciamento do Fornecimento de Combustíveis.....	273
18 – Critérios de Julgamento das Propostas	274
19 – A Natureza do Contrato de Gerenciamento e Sua Duração	276
20 – A Contratação de Empresa Gerenciadora por Meio do Sistema de Registro de Preços (SRP)	283
21 – Conclusão	287

Capítulo V – O Manejo do Registro de Preços e o Compromisso com a Eficiência	291
1 – Introdução	291
2 – SRP e Fracionamento	292
3 – O Perfil do SRP.....	294
4 – As Hipóteses Preferenciais do SRP.....	296

5 – A Adoção do SRP Também para Serviços.....	298
6 – A Questão do Preço.....	302
7 – Defeitos na Ata de Registro de Preços.....	304
8 – Conclusão.....	306

Capítulo VI – Gestão e Probidade na Parceria Entre Estado, OS e Oscip:

<i>Apontamentos Sob a Perspectiva dos Princípios e Normas Regentes das Licitações e Contratações Administrativas</i>	309
1 – Introdução	309
2 – Nota Histórica.....	314
3 – Parceria Implica Responsabilidade	316
4 – Os Fundamentos Constitucionais da Gestão Pública em Parceria ..	318
5 – As Organizações Sociais (OS)	320
6 – Contrato de Gestão	323
7 – As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	325
8 – A Escolha da OS ou da OSCIP Parceira	327
9 – A Regra do Art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93.....	333
10 – Inaplicabilidade às OSCIP da Regra do Inciso XXIV do Art. 24	335
11 – Transferências Voluntárias (Repasses) de Recursos Públicos	336
12 – Dever de Licitar	342
13 – Cotação Prévia de Preços no Mercado e Dever de Licitar	346
14 – Observância das Formalidades Inerentes à Fase Preparatória do Procedimento Licitatório	348
15 – Contratação Direta	350
16 – Parecer Jurídico	352
17 – Improbidade Administrativa	353
18 – O Princípio da Insignificância Não Escusa Atos de Improbidade Administrativa	355
19 – Lei de Improbidade Administrativa e Agentes Políticos.....	356
20 – Imprescritibilidade das Ações de Ressarcimento ao Erário, Segundo o STF, o STJ e o TCU	358
21 – Conclusão: A “fragmentação dos Poderes Administrativos”	360